

# ARMA / CRITICA

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES DO INSTITUTO SUP. DE ECONOMIA

NÚMERO 8

FEVEREIRO 77

## MOEDA (crise monetária)

fundo monetário internacional

dívida externa

dependência / independência  
/ nacional

CIÊNCIA, IDEOLOGIA

E LUTA DE CLASSES

# LIVROS

Iniciamos neste número uma secção que pretendemos manter nos próximos números de análise crítica, as publicações em livro que consideremos, por motivos diversos, justificarem uma chamada de atenção e um comentário crítico. Procuraremos igualmente integrar bibliografias sobre vários temas ou autores.

## «Socialismo, Transição e o Caso Português»

de João Martins Pereira

Este novo trabalho de João Martins Pereira, autor de «Pensar Portugal Hoje» e «Indústria, Ideologia e Quotidiano», afasta-se até certo ponto da temática dominante naqueles, ou seja, a economia. Não que nesta obra J. M. P. não aborde problemas económicos, mas estes ocupam um papel secundarizado em relação ao político, isto é, as questões económicas (que são, sem dúvida, questões igualmente políticas) encontram-se subordinadas à instância política. Na realidade tal facto não será estranho à circunstância de as questões centrais vividas no pós-25 de Abril (e em todas as situações que como aquela se podem caracterizar de pré-revolucionárias) encontrarem ou não solução na esfera política, isto é, derivarem de decisões políticas, por sua vez consequência da luta (política) de classes que se trava com grande intensidade. É partindo precisamente desta constatação que J. M. P. vai abordar não só o caso português, como outras experiências revolucionárias que preenchem a primeira parte do livro, quer as que, como a portuguesa, não passaram de situações pré-revolucionárias (caso do Chile) quer aquelas em que a revolução saiu vitoriosa e conquistou o poder. Dentro desta análise é, sem dúvida, o processo da Revolução Russa de 1917 aquele a que é dedicado mais espaço e o que contém os elementos mais importantes para meditação, a par com a análise do processo português que, sobretudo, se fixa no período que vai do 25 de Abril ao 25 de Novembro (a experiência vivida por J. M. P. no IV Governo está permanentemente presente nas análises feitas).

Escrito a seguir ao 25 de Novembro, J. M. P. pode sem dúvida assumir um olhar muito mais desencantado e eminentemente crítico sobre o período que medeia entre o 25 de Abril e aquela data. Neste período, tendo sido atingido por uma intensa luta de classes, as acções imeditas e contínuas foram em grande parte contrárias a uma teorização, ou seja, a ligação entre a teoria marxista e as experiências históricas do movimento revolucionário e a situação concreta portuguesa foram dificilmente concretizadas. Ou se caía na tentativa de aplicar mecanicamente concepções feitas a partir de outras experiências (quase sempre mal estudadas e compreendidas) ou se caía num

«praticismo» que tendia a negar a necessidade de teorizar, preso a um conceito eminentemente voluntarista de acção revolucionária que a própria evolução do processo parecia confirmar enquanto se insistia na «originalidade do processo português». Em muitos casos a questão que se punha não era a da recusa quer da teoria quer da prática, mas a da realização dialéctica entre ambas, ou seja, não se teorizava a prática. Dismistificar determinadas situações é, aliás, uma das preocupações de J. M. P. neste trabalho (nomeadamente a de que se vivia em Portugal um processo de transição para o socialismo).

Aquilo que nos parece como método ser de realçar e que torna este trabalho importante é a preocupação de J. M. P. de fugir às afirmações fáceis e ao slogan este-reotipado, que impede em muitos casos a análise rigorosa da realidade, e de procurar analisar o processo histórico articulando os diferentes elementos que nele intervêm, analisando dialecticamente as condições objectivas e as condições subjectivas, preocupando-se não em apontar erros ou traições, mas em apreender no concreto o evoluir dos processos e as causas que o determinam. J. M. P. não pretende apresentar teorias acabadas e prontas a serem aplicadas. Trata-se de um trabalho de investigação permanente que confronta, por um lado, a realidade e, por outro, os discursos que dela nos são dados. Há uma recusa em fornecer um olhar moralista sobre a história, ou mesmo de emitir relativamente a ela um julgamento (posição que seria, aliás, profundamente antimarxista). No fundo o que está em causa é determinar as condições necessárias para o triunfo dum processo revolucionário até à construção de uma sociedade socialista, tendo presente que não é indiferente a forma como se encara as várias acções transformadoras (quer antes quer após a tomada do poder). Mas mais do que tomar posição por A contra B importa confrontá-los com a prática (ou seja com a história), prescrevendo as evoluções dos processos e retirando o máximo de ensinamentos para o presente (ou seja para a intervenção hoje e aqui).

Um dos aspectos que se torna dos mais salientes ao lermos o livro é a semelhança que se encontra entre

todas as situações pré-revolucionárias analisadas. J. M. P. mostra, por exemplo, que a questão da dualidade de poderes não é uma «invenção» que alguns quiseram atribuir ao processo português (há mesmo quem recuse que tal tenha alguma vez existido em Portugal), mas que tal já se dera na Rússia de 17, em que Lenine afirmava então: «A nossa revolução tem de eminentemente original o facto de ter criado a dualidade de poder» e acrescentava «em que consiste a dualidade do poder? Em que ao lado do Governo Provisório da burguesia, se formou um outro governo, ainda fraco, embrionário, mas que existe de facto, incontestavelmente e se fortalece, os sovietes de deputados operários e soldados». Aliás, a problemática da dualidade de poderes numa situação pré-revolucionária é um ponto bastante desenvolvido por J. M. P. que, por outro lado, não deixa de retirar ao caso português as grandes doses de originalidade que por vezes se lhe pretendem atribuir (normalmente em torno da tese que via no MFA o motor da «Revolução Socialista» em Portugal), embora reconheça os aspectos específicos que naturalmente a realidade portuguesa impõe.

Numa breve referência podemos apontar por fim alguns pontos referidos ao longo do texto que, quanto a nós, ressaltam como os mais pertinentes nele focados, pelas questões que levantam:

1 — A contradição objectiva que existe entre, por um lado, as condições materiais consideradas «maduras» para o encetar de um processo revolucionário (e que Marx aponta como traduzindo-se no estrangulamento ao desenvolvimento das forças produtivas no quadro das relações de produção existentes) e os momentos em que a crise de dominação (com a criação de situações de vazio de poder) cria condições favoráveis à tomada do poder, embora as condições materiais possam estar longe do esgotamento no quadro de um desenvolvimento capitalista (aliás todas as revoluções que até hoje tiveram êxito deram-se neste segundo quadro). Esta questão é sintetizada por J. M. P. da seguinte forma: «A impossibilidade de ser a burguesia a conduzir até ao fim a sua revolução democrática, mas a necessidade histórica de que ela tenha lugar. Esta necessidade histórica bebe a sua justificação na 'ortodoxia' marxista, que colocando a revolução socialista no extremo temporal do desenvolvimento até ao limite das contradições capitalistas, previu que ela tivesse lugar primeiro nos países de capitalismo mais avançado, e, portanto, que a revolução socialista 'encontrasse' a sua base material já construída no essencial.» (pág. 144)

Esta questão não nos parece, no entanto, totalmente resolvida quando nas «conclusões provisórias» é afirmado que: «a questão de saber se a revolução é mais fácil» ou mais «difícil» em países mais ou menos desenvolvidos é afinal uma falsa questão: as contradições a resolver é

que serão outras e a outros níveis». Não pode ser considerado apenas uma questão de contradições internas ou uma mera adequação táctica: o facto de o proletariado ser ou não uma classe forte e com capacidade dirigente, não pode ser facilmente superado, por outro lado a questão de analisar qual é o centro da revolução mundial (no fundo é a questão de saber se as revoluções na periferia são ou não verdadeiras revoluções socialistas) não é tão falsa questão como isso. Mas aqui trata-se apenas de levantar algumas dúvidas que não nos cabe aprofundar neste comentário.

2 — A segunda questão é a da aliança de classes antes de depois da tomada do poder, nomeadamente a aliança operário-camponesa e os problemas que esta coloca na táctica a seguir pelo proletariado e no próprio ritmo da revolução. Por outro lado, nos países de capitalismo avançado adquire igualmente grande importância a aliança do proletariado com a chamada «nova pequena burguesia»: «Em países onde o campesinato se encontra já reduzido a uma importância social e económica muito limitada (países altamente industrializados) a questão não se pode pôr do mesmo modo. A ditadura do proletariado tem, nesses casos, de assentar numa aliança de outro tipo, especificamente entre o proletariado e as vastas camadas de assalariados não-industriais profundamente impregnadas de ideologia pequeno-burguesa.» (J. M. P., pág. 152)

3 — Intimamente relacionado com o ponto anterior são as importantes referências ao pensamento gramsciano e à actualidade deste no capitalismo actual, nomeadamente as questões da «revolução cultural», da formação do bloco histórico e da «hegemonia» de classe na fase que antecede a tomada do poder propriamente dita. É assim que J. M. P. afirma: «Estamos colocados perante a problemática com que Gramsci se debatia nos anos 20-30. Como conseguir a 'hegemonia'?, e conclui: «com efeito se admitirmos que a 'luta pela hegemonia precede a luta pelo poder político', convirá examinar se os casos chileno e português nos não fornecem dolorosos ensinamentos, pela negativa. Se não terá residido na não observância dessa proposta gramsciana o principal obstáculo ao desenvolvimento da luta revolucionária, o factor que terá permitido ao Estado burguês ultrapassar a primeira fase da 'crise' — pois, em Portugal, ainda não saímos interiramente dela.» (pág. 263)

4 — No referente ao caso português note-se a análise das contradições do poder de Estado e a citação de uma série de medidas que um poder revolucionário teria tomado. Aqui é analisada a própria falência das soluções reformistas.

Para terminar resta-nos referir que se trata de um livro de leitura aliciante e motivadora, salientando no entanto que quem procurar neste livro teorias inéditas ou um catálogo de grandes verdades por certo que se sentirá desiludido com a sua leitura.

